

CAPÍTULO 8

VIVÊNCIA DE UMA ESTUDANTE SURDA NO ESTÁGIO SUPERVISIONADO DO CURSO TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA DO IFPA – CASTANHAL

Antonia Leite da Silva¹
Miranilde Oliveira Neves²
Pablo Radamés Cabral de França³

O aprendizado se dá quando compartilhamos experiências e isso só é possível num ambiente democrático onde não haja barreiras ao intercâmbio de ideias.

MARCOS VINÍCIUS CUNHA

O processo de aprendizagem é uma construção contínua de troca, cooperação, partilha e colaboração de todos os envolvidos, em ambientes que promovam o respeito às capacidades e limitações individuais. A presença de estudantes surdos em cursos técnicos instiga reflexões ativas do fazer pedagógico que é praticado nas Instituições de Ensino. Pensando nisso, apresentaremos aqui a experiência prática, os desafios e as possibilidades vivenciadas por uma estudante surda no estágio Supervisionado do Curso Técnico Subsequente em Agropecuária do Instituto Federal do Pará, Campus de Castanhal, a fim de contribuir para fortalecimento de práticas educativas mais inclusivas e estimular a sensibilização no processo de inclusão.

1 Estudante do Mestrado Profissional em Desenvolvimento Rural e Gestão de Empreendimentos Agroalimentares, no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará – Campus Castanhal.

2 Professora doutora no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará, atuando na Educação Básica, Técnica, Tecnológica e Pós-graduações.

3 Professor doutor no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará, atuando na Educação Básica, Técnica, Tecnológica e Pós-graduações.

A habilidade para exercer uma atividade pode ser desenvolvida a partir da compreensão de amplas possibilidades. Neste sentido, os desdobramentos do estágio supervisionado vão para além da habilidade de praticar o exercício de fazer a profissão, é uma relação indissociável entre os conhecimentos teóricos científicos e práticos.

O exercício de qualquer profissão é técnico, no sentido de que é necessário a utilização de técnica para executar as próprias ações [...] no entanto, as habilidades não são suficientes para a resolução dos problemas dos quais se defrontam, uma vez que a redução às técnicas não dá conta do conhecimento científico nem da complexidade das situações desses profissionais. (PIMENTA & LIMA, p. 27, 2018).

O Estágio Supervisionado para a educação de surdo, na perspectiva inclusiva, é um importante processo para a formação acadêmica, enriquecimento e fortalecimento da inclusão nos espaços educativos e profissionais. No entanto, o desafio da inclusão nos ambientes educativos ainda é latente. Historicamente, as pessoas com deficiências enfrentam resistência à inclusão nesses espaços, observado, principalmente, pela falta de habilidades necessárias da comunidade escolar ao contexto das pessoas com necessidades específicas. A inclusão pressupõe que toda escola esteja preparada para se ajustar às necessidades das crianças, e não a criança se adaptar ao que impõe à escola, pois isso, seria integração e não inclusão (PACHECO, 2007).

A vivência do estágio supervisionado de uma estudante surda do curso Técnico Subsequente em Agropecuária no setor de mecanização, apresenta um importante argumento sobre a inclusão do estudante surdo na execução de atividades práticas do setor, apresentando os desafios do enfrentamento à especificidade da deficiência nos espaços de maioria ouvintes e abrindo espaços para reflexões acerca das

possibilidades de aprender com a(s) diferença(s) e as ações atitudinais como protagonismo para a exercício da inclusão.

O estágio é uma oportunidade que o estudante tem para vivenciar na prática os conteúdos desenvolvidos na sala de aula, bem como, estabelecer uma aproximação com o ambiente profissional e interação com outros estudantes em espaços acadêmicos diversos. Ele representa um momento de externalizar os conhecimentos teóricos adquiridos, representado através da vivência prática, construir novos conhecimentos, e adquirir a habilidade de fazer o exercício da profissão é algo prático, é o desenvolvimento da “ação” e do “fazer” (PIMENTA, 2018).

O Curso Técnico em Agropecuária está contemplado no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT), no eixo de recursos Naturais e, dentre outras habilidades o profissional deve planejar, dirigir e controlar a produção agropecuária de forma sustentável, analisando as características econômicas, sociais e ambientais (CNCT/2020).

Diante disso, a proposta pedagógica do Projeto Político Pedagógico do Curso (PPC) do IFPA – Castanhal (BRASIL, 2019), que será abordada neste tópico, visa formar profissionais para atuarem nas várias cadeias produtivas e contribuir para o desenvolvimento local, regional e nacional, incentivando o planejamento e execução das atividades de forma sustentável. No universo do PPC, a proposta pedagógica se delinea em diversos aspectos que emergem na construção de uma aprendizagem consistente, dispondo de uma base conceitual sólida com a capacidade de atuação prática para desenvolver as atividades da profissão, aliada aos conhecimentos técnico-científicos propostos no processo formativo, fundamentado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) nº 9394/96 e o conjunto de legislações que normatizam a Educação Profissional no sistema educacional brasileiro que tem como pressuposto a formação integral, a preparação para o exercício da profissão e da cidadania.

Nesta perspectiva, para assegurar dentro do processo de ensino o atendimento e inclusão das pessoas com necessidades especiais visando o ingresso, permanência e conclusão do curso com garantias previstas em lei, a instituição buscar adequar suas atividades as legislações vigentes, oportunizando a essas pessoas uma formação integral, que promova sua inserção no mercado de trabalho e bem estar econômico, social e cultural.

O currículo do curso está baseado em dois eixos norteadores que contemplam as quatro dimensões consideradas importantes para a formação eclética do profissional que são: meio natural; sociocultural; político-econômico e suas relações de produção e tecnologia. Os eixos norteadores fundamentam as disciplinas para discussão, organização e integração das competências e habilidades do profissional técnico em agropecuária, que são eles: ecossistemas, trabalho e passagem e agroecossistemas, políticas públicas e desenvolvimento (BRASIL, 2019).

Dentre os componentes curriculares do curso, o Estágio Supervisionado, foco do nosso estudo, faz parte da grade curricular obrigatória com carga horária de 180 horas para a conclusão do curso, sendo desenvolvido , obrigatoriamente, de 45 a 60% da carga horária em espaços de produção e/ou pesquisa da instituição, acompanhadas pelo responsável técnico do setor, e de 135 a 120 horas deverá ser realizado fora da instituição de ensino, e ao final, a elaboração de relatório das atividades desenvolvidas, visando além do aprendizado e contextualização dos componentes curriculares, o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e profissional (BRASIL, 2019).

Primeiramente, iremos conhecer as características da Pessoa Surda. Os sujeitos surdos são aqueles que sofreram a perda parcial ou total da capacidade de ouvir e compreender a fala por intermédio do ouvido. O Decreto 3.298 de dezembro de 1999 define deficiência auditiva como “perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis

(dB) ou mais, aferida por audiograma de frequência de 500 HZ, 1000 HZ, 2000 HZ, 3000 HZ” (DECRETO 3.298/99).

Assim, a surdez pode ser classificada em graus conforme intensidade do som e pode ser provocada por várias causas potenciais. Quanto ao grau e intensidade do som pode ser classificado como: normal, leve, moderada, moderada severa, severa e profunda; e quanto às causas potenciais podem ser classificadas como: pré-natais, perinatais e pós natais (RINALDI, 1997).

Desta forma, a surdez pode ser caracterizada pela ausência do recebimento dos sinais informativos difundidos pelo canal auditivo. O conceito de surdez compreende entre outros aspectos a falta de audição e a interação por meio da experiência visual, neste sentido, o Ministério da Educação (BRASIL, 2004, p.10), define:

Surdo é o sujeito que apreende o mundo por meio de experiências visuais e tem o direito e a possibilidade de apropriar-se da língua brasileira de sinais e da língua portuguesa de modo a propiciar seu pleno desenvolvimento e garantir o trânsito em diferentes contextos sociais e culturais. A identificação dos surdos situa-se culturalmente dentro das experiências visuais.

Esclarecida a parte conceitual que define a surdez, daremos continuidade com outra discussão importante, a educação para esses sujeitos surdos.

A educação para as pessoas surdas passou por um longo processo de democratização. Por muitos anos, essas pessoas foram consideradas incapazes de aprender. Assim, as políticas educacionais voltadas para as pessoas com deficiências foram se aprimorando muito lentamente, pois era difícil visualizar a inserção dos deficientes na sociedade de forma efetiva, exercendo todos os direitos de cidadãos.

Nesta perspectiva de inserção no sistema educacional, os desafios enfrentados pelas pessoas surdas, foram profundamente marcados

pela evasão e dificuldade na escolarização. A este respeito, Silva et al. (2006) relata que no Brasil são poucos os estudantes surdos que conseguiram atingir o nível educacional mais elevado, progredindo para ensino médio, técnico ou superior. A maioria não consegue sequer ser alfabetizada, permanecendo longos anos na escola e não adquire a habilidade simples como a leitura e escrita.

No processo educativo da pessoa com surdez, a não escuta pelo canal auditivo e a cultura que o sujeito já dispõe devem ser levadas em consideração, uma vez que, o processo de aquisição da linguagem é ligeiramente influenciado pelo o contexto linguístico em que a criança está inserida (QUADROS & CRUZ, 2011).

O histórico do acesso à educação para as pessoas surdas passou por um longo processo que iniciou em Paris, com a fundação da primeira escola de surdos, tendenciosamente, elitizada. No Brasil, a educação para esse público teve início em 1857 com a Criação do Instituto de Surdo Mudo, atualmente Instituto Nacional de Educação de Surdo (INES) que adotou como metodologia o oralismo, considerando a recomendação do Congresso de Milão de 1880, embora as pessoas surdas defendessem a comunicação gestual para sua compreensão e aprendizagem. Apenas em 1980, após muitas lutas e discussões, a Libras foi, oficialmente, adotada no Brasil.

O oralismo perdurou por longos anos, porém, não conseguia atender às especificidades dos surdos. A concepção do oralismo induzia para uma visão medicalizada da surdez, situação que colocava os estudantes surdos em salas de aula com metodologias terapêuticas como estratégias para o tratamento da surdez (QUADROS, 2006).

A educação de surdos passou por profundas mudanças, consequência de reflexões, discussões e luta por inclusão. O marco mais importante se dá no reconhecimento da Libras como primeira língua e no caso do Brasil, a língua portuguesa na modalidade escrita como

segunda língua para a proposta educacional, chamada bilinguismo, abordagem defendida por Quadros (1997) e Lacerda (1998).

Os estudos desenvolvidos sobre a aprendizagem significativa dos sujeitos surdos, apontam a importância da educação bilíngue no desenvolvimento da abordagem linguística. A garantia do sucesso e aprendizado dos estudantes surdos precisa estar fundamentada em princípios que valorizem sua condição bilíngue, dessa forma, as ações pedagógicas precisam estar articuladas com as especificidades do estudante (RIBEIRO & SILVA, p. 2, 2017).

A abordagem educacional bilíngue parece ser o caminho ideal de respeito a essas especificidades, pois o bilinguismo envolve uma concepção de desenvolvimento, de linguagem e de cultura surda que atende os processos de escolarização do surdo, a partir da sua particularidade linguísticas (e seus desdobramentos).

Os desdobramentos da prática pedagógica devem considerar os aspectos específicos do estudante surdo, aliado a metodologias construídas em um contexto coletivo. Alguns elementos importantes devem ser considerados para a organização e planejamento das atividades escolares como: metodologias de ensino, o papel do intérprete no planejamento, o currículo, o tipo de avaliação a ser abordada, elaboração de projetos para inclusão escolar, e especialmente, abordagens estratégicas que contemplem e estimulem habilidades visuoespaciais.

Na formação profissional, os estudantes passam por diversos processos para a construção de uma aprendizagem significativa para o exercício da profissão, para tanto, as Instituições de Ensino (IE) assumem a responsabilidade pela formação integral com orientação e preparo, oferecendo as condições mínimas de competência pessoal, social e profissional. Entretanto, para os estudantes com deficiência essas instituições assumem o compromisso de oferecer durante

o processo educativo e estágio serviços de apoio de profissionais, conforme estabelecidos em direitos já adquiridos em lei (Resolução CNE/CEB N° 1/2004). Desse modo, para o melhor aproveitamento durante a realização do estágio supervisionado do estudante surdo é essencial a presença do profissional intérprete de libras para auxiliar no processo de comunicação e interação do estudante com o ambiente que está inserido e assim, garantir autonomia no exercício da atividade prática da profissão.

Uma das principais dificuldades encontradas, na visão da estagiária surda (Flávia), foi em relação ao primeiro contato com o trator. Essa fase ocorreu ainda durante as aulas práticas ministradas pelo professor Pablo Radamés, na disciplina de Mecanização Agrícola. Ela relatou que, às vezes, batia na baliza e precisava refazer o percurso, pois sempre ficava nervosa e insegura ao operar o trator. Após as primeiras aulas foi adquirindo confiança e superou as dificuldades no manuseio do trator.

Durante o estágio, a estudante relatou o nervosismo que já a acometia em sala de aula, algumas vezes, pois iria pôr em prática o que aprendeu, isto é, consistia em operar com o trator no campo em situações reais. Ela também ressaltou que, no início, ficava preocupada em saber se conseguiria executar as atividades de forma adequada, mas depois de alguns dias trabalhando no campo se sentiu mais à vontade.

Outra dificuldade se refere à interação com uma pessoa do setor que participava das atividades, na qual não se deram bem durante a organização da garagem dos tratores agrícolas, que consistia na limpeza do chão e das bancadas. Essa situação a deixou triste e sentiu dificuldades em realizar a atividade. Essa situação se repetia, algumas vezes, em tom de brincadeira, sempre que a estudante precisava perguntar algo sobre determinada atividade que desconhecia, e isso foi um dos pontos negativos apontados pela estagiária. Essas situações são comuns durante o estágio, no que concerne à solicitação de auxílio

em sanar dúvidas na execução de determinadas atividades, porém, no caso específico da Flávia era mais complicada pela comunicação deficitária com as demais pessoas que atuavam no setor. Situações como essas não são difíceis de acontecer com pessoas surdas no ambiente de trabalho. Lamentavelmente, há pessoas de má índole que interferem negativamente no crescimento profissional de funcionários com alguma deficiência.

Algo que a deixava um pouco envergonhada, por haver muitas pessoas ouvintes, era no momento das explicações orais e visuais das atividades que seriam realizadas, pois, às vezes, era necessário que o orientador (Prof. Pablo Radamés) demonstrasse novamente o que deveria ser feito, assim, ela pedia para ele explicar um pouco afastado do grupo para que ficasse menos constrangida. São em momentos como esse que a falta de um intérprete proporciona um grande problema, pois pode haver um mal entendimento da atividade e possibilitar em um erro grave, algo que não aconteceu durante o estágio da Flávia; mas a mesma mencionou que a presença de um intérprete seria útil para algumas orientações durante o estágio.

Dentre os pontos positivos elencados pela estagiária surda, ela destacou que gostava muito das atividades de manutenção do trator. Ela gostava muito de usar as ferramentas, por exemplo, para desparafusar o pneu ou a parte superior do trator, retirar alguma peça, remover a roda, consertar algum componente do trator ou dos implementos agrícolas até realizar a técnicas como soldagem como pode ser visto na figura 2. Algumas vezes precisava fazer força, que quando necessário chamava alguém para ajudar e tinha um amigo (Mauro Vinícius de Sousa Borges) colega de turma e de estágio bem forte que a ajudava sempre.

Quando sentia dúvidas para operar o trator, ela pedia ajuda a uma colega da sala (Estela Augusta dos Reis Melo) e que segundo ela manobrava muito bem o trator e a chamava para ensinar, principalmente,

durante as aulas práticas. Isso foi ponto muito positivo para que realizasse o estágio num setor considerado um pouco complicado para atividades práticas, uma vez que exige muita atenção e cautela. Com o auxílio da colega, Flávia se sentia segura para realizar o estágio e, muitas vezes, o orientador entrava em contato com a Estela para tirar dúvidas e solicitar ajuda na comunicação. Durante todo o curso foi uma amizade construída com muito apoio, sinceridade e cumplicidade e isso possibilitou a inserção da estudante surda à turma e, conseqüentemente, às aulas.

A estudante considera que seu aprendizado durante a realização do estágio foi excelente, e que apesar dos desafios e do nervosismo, se sente apta para o exercício da profissão, considerando que consegue trabalhar na área de Mecanização Agrícola. Lembra ainda que o orientador do estágio anotava tudo que acontecia, avaliava e coordenava as atividades sempre que surgia uma demanda para as atividades do campo, relatou com veemente identificação, gostava do local e das atividades, tendo uma boa relação com o grupo.

O Orientador de Estágio tem um olhar voltado para avaliar as ações do estagiário durante as atividades no setor, neste caso, no Setor de Mecanização Agrícola. Tem como função também articular as ações que o estagiário deverá realizar no decorrer do estágio, a partir do grau de conhecimento e operacionalidade de máquinas agrícolas. Após o planejamento das ações, as informações são repassadas para o Supervisor, para conduzir as atividades conforme a demanda do setor.

No caso em particular da discente foi um desafio para o professor orientar uma estudante surda, devido à deficiência na comunicação, principalmente, por se tratar de um estágio no Setor de Mecanização Agrícola que, necessariamente, exige muita atenção quando as atividades são voltadas para operar máquinas pesadas como o trator e/ou implementos agrícolas. Esta atenção é dada pelo Supervisor no

decorrer do estágio, mas é o Orientador quem direciona as ações e como o estagiário deve prosseguir assim como as limitações que são repassadas ao Supervisor. Essas limitações são identificadas por uma entrevista previamente realizada na seleção de estágio. Também podem ser identificadas em sala de aula, caso o estagiário já tenha sido estudante na disciplina de Mecanização Agrícola, a qual é ministrada pelo Orientador. Quando é estudante da disciplina facilita no momento de estruturar as atividades que o estagiário pode executar, pois já passou por uma orientação prévia em sala de aula e por ter o conhecimento das limitações do discente.

Durante as aulas, foi possível observar a atenção visual que Flávia dava aos detalhes no momento em que passava os comandos para operar um trator por exemplo, bem superior quando comparado aos estudantes ouvintes, uma vez que era necessário chamar a atenção destes para que visualizassem os comandos e executassem. Com a estudante surda bastava uma única vez para que assimilasse a ação de cada componente com a função que iria executar, facilitando muito o compartilhamento de informações entre professor-aluno.

Além da percepção como professor na facilidade em compreender comandos, o Orientador percebeu que a estudante era dedicada nas atividades práticas e que apresentava potencial para estagiar no setor em questão, a qual foi informada que estaria apta a se inscrever para a seleção e galgar uma vaga como estagiária, embora tenha imaginado que não seria possível devido à sua deficiência, como relatado pela própria estagiária.

Em conversa com os responsáveis pelas operações e atividades com o maquinário agrícola do setor, os quais também são os Supervisores de Estágio, foi repassada a informação que entre os discentes selecionados para estagiar no Setor de Mecanização Agrícola estaria uma estudante surda, e não houve reação negativa, ao contrário, houve plena aceitação, mesmo sabendo que haveria dificuldade por parte da

comunicação. Dentre todos os envolvidos no estágio, ninguém sabia Libras, reconhecendo que seria um desafio e um novo aprendizado, mas em nenhum momento ocorreu exclusão.

Dentre as atividades relacionadas para a estudante surda durante o estágio, não houve tratamento diferenciado em relação aos estudantes ouvintes, todos executavam as mesmas tarefas, e todos tinham a obrigação de cumprir com as normas do setor; isso permitiu a inclusão da estudante às atividades, não havendo tratamento diferenciado devido à surdez, a qual também se sentiu incluída naquele meio e com capacidade de atuar como Técnica Agropecuária, sem distinção dos colegas. Flávia apresentou grande desempenho no estágio, o que pôde ser comprovado pela sua assiduidade, pontualidade e responsabilidade com cada atividade proposta a ela e aos colegas. Seu desenvolvimento superou as expectativas e permitiu reflexões, as quais cada docente e discente precisa fazer: a inclusão é necessária seja no ambiente escolar ou em qualquer outro. Quem traz a diferença é o nosso preconceito.

Durante a realização do estágio, o Orientador buscou estar mais próximo do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas – NAPNE, que é o setor no Campus responsável em dar apoio, buscar e disseminar estratégias para a inclusão das pessoas com deficiências, estimular a sensibilidade da comunidade escolar para a promoção de espaços mais inclusivos pautado no respeito às diferenças. Dessa forma, buscava-se orientações de acessibilidade, atendimento e estratégias de ensino para atuar com a estudante surda. E, durante este processo o NAPNE esteve presente assessorando e contribuindo para o melhor aproveitamento do estágio, embora, a instituição não dispusesse de um intérprete em libras para acompanhamento, o que viabilizaria e asseguraria o acesso à comunicação/informação da estudante, promovendo, de fato, a inclusão. A parceria NAPNE x Orientador contribuiu para fortalecer e estimular a relação

de interação com todos os sujeitos envolvidos no estágio tornando os espaços educacionais mais inclusivos.

A partir do direcionamento das atividades dadas pelo Orientador, o Supervisor se encarrega de conduzir o estágio, cuja principal função é dar os comandos para que o discente execute as atividades. Simultaneamente, há um aprendizado entre ambos, no qual o estagiário irá aprender na prática todos os conhecimentos absorvidos nas aulas teórico-práticas e o Supervisor ganha experiência no que concerne a instrução, aprimorando os seus conhecimentos e ganhando experiência com o trabalho em equipe.

Na vivência de estágio da discente Flávia, o Supervisor do estágio foi o servidor e Operador de Máquinas Agrícolas Elton da Silva Rodrigues, no qual relatou a experiência do estágio da estudante surda no Setor de Mecanização Agrícola. Como apoio, a discente também teve a cooperação e o auxílio do Operador de Máquinas Agrícolas Ewerton Costa Lagos, que muitas vezes coordenava as operações em campo e sempre interagia com a discente, ajudando e ensinando às tarefas.

Segundo o Supervisor Elton Rodrigues, a única dificuldade encontrada em supervisionar uma estudante surda foi a comunicação, que se apresentou como grande barreira no decorrer das atividades práticas, pois como ele mesmo relatou que “o não conhecimento da língua de sinais prejudicou a comunicação”. Embora houvesse esse obstáculo na comunicação, visto que não havia intérprete junto às atividades, o Supervisor relatou que a estudante obedeceu às normas de trabalho do setor de Mecanização Agrícola, sendo sempre assídua e pontual. Era muito organizada nas atividades que lhe eram atribuídas, assim como material de trabalho, demonstrando inclusive grande capacidade de aprender a manusear as máquinas e implementos agrícolas, assim como as ferramentas que dão apoio a manutenção dos mesmos.

Figura 1 – Estudante Flávia – Participante da pesquisa



Fonte: Flávia Paes (2019)

O Supervisor ainda classificou o aprendizado da Flávia ao término do estágio como excelente, levando em consideração os seguintes critérios: insatisfatório; regular; bom; satisfatório; e excelente. Ao final do estágio, o Supervisor classificou também a discente como apta ao exercício da profissão como Técnica em Agropecuária, considerando a área de concentração do Setor de Mecanização Agrícola, local onde foi acompanhada e avaliada no estágio.

Figura 2 – Participante da pesquisa na aula de Mecanização



Fonte: Flávia Pães (2019)

Como parte desse estudo, também se buscou a opinião do Operador de Máquinas Agrícolas, Ewerton Lagos, que nos relatou que a grande deficiência e dificuldade está ainda na instituição em fornecer as condições necessárias aos estudantes com necessidades educacionais específicas para realização do estágio. Bem verdade que de acordo com a instituição, o problema é que não está havendo recurso para contratação de intérprete, o que auxiliaria muito na comunicação. Igualmente como o Supervisor, o Operador Ewerton Lagos também confirmou o empenho nas atividades que realizou juntamente com o mesmo, considerando como satisfatório, dentro da classificação descrita anteriormente. O mesmo relatou também que a discente sempre estava disposta a aprender, e mesmo com as dificuldades na comunicação continuava se esforçando para compreender e aplicar os ensinamentos.

A visão de um dos estagiários ouvinte é de fato muito importante, uma vez que realizou as mesmas atividades que a estagiária surda e

conviveu com ela durante boa parte das tarefas. O estagiário em questão, foi o estudante Mauro Vinícius, que também fazia parte da turma do curso técnico da Flávia, demonstrando que ela teve muito apoio dos colegas de classe. Embora o estagiário tenha ajudado a Flávia durante o estágio. Ele relatou que durante as aulas não tinha muita proximidade, pelo fato de não serem amigos em comum, e isso mudou durante o estágio, onde a apoiou, ensinou e aprendeu com ela.

Vinícius, como era chamado, destacou que teve mais dificuldade na comunicação durante o estágio com a estudante surda no início, pelo fato de não ter o treinamento para lidar com a situação, e até para poder ajudar mais quando ela perguntava o que deveria ser feito ou dava um comando. Muitas vezes esse fato ocorria no campo e o estagiário não entendia o que ela queria, pois ela se comunicava muito por Libras, mas no decorrer dos dias começou a aprender alguns gestos.

Embora tenha existido essa dificuldade na comunicação, Vinícius considera que o estágio com ela foi positivo, pois aprendeu a lidar com a situação, usando gestos que não são de Libras, mas aprendeu bastante da linguagem, pois ela o ensinava.

“Admito que me surpreendi com a rapidez com que ela aprendeu as coisas...” diz Vinícius, ao falar sobre o aprendizado da Flávia no estágio. Relatou que a facilidade com que ela aprendia era muito grande, pois prestava muito a atenção, fato este também destacado pelo orientador durante as aulas práticas de Mecanização Agrícola. O estagiário percebeu várias vezes que a Flávia lidava com as situações de forma tranquila, apesar do nervosismo relatada pela própria Flávia, mas ela não deixava transparecer ou sabia contornar o nervosismo, realizando um excelente trabalho. Vinícius disse que algumas atividades específicas que realizaram lá, como gradear a terra, ela desempenhou com muita facilidade, só a partir das instruções dadas pelo tratorista (supervisor) somado às orientações que aprendeu durante as aulas práticas

de manejo com o trator. A operação de gradear a terra não é uma operação fácil, pois exige muita técnica e experiência, mas mesmo assim, nas palavras dele “a facilidade que ela tem de pegar as coisas rápido e fazer é surpreendente (Vinícius)”.

De forma geral, o estagiário descreveu que o aprendizado dela foi excelente, e que o ponto negativo em ter estagiado com a estudante surda foi de tanto os servidores como os estudantes envolvidos no estágio, não tiveram um treinamento básico para lidar com as situações que exigiam intérprete.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Diante da vivência relatada, percebeu-se que a inclusão está sendo realizada dentro dos Institutos de Ciência e Tecnologia (ICTs), neste caso específico no IFPA campus Castanhal - Setor de Mecanização Agrícola, onde mesmo com as dificuldades para comunicação devido à falta de intérpretes, foi possível realizar e concluir com êxito as atividades de estágio, mas é um alerta para que seja buscado a inserção de mais intérpretes, por meio de concursos por exemplo, nos Institutos Federais (IFs), pois embora tenha realizado o estágio, tanto os estudantes como os servidores envolvidos no estágio da estudante surda tiveram muitas dificuldades, o que tornou mais demorado o período de execução e conclusão das atividades, principalmente, em campo.

Importante destacar também que o potencial e interesse da estudante para adquirir conhecimento e capacidade para o exercício da profissão favoreceu muito para o sucesso do estágio. Ela não se limitava diante às barreiras da comunicação e mostrava que mesmo com as dificuldades podia exercer qualquer atividade. Outro importante fator que contribuiu para o sucesso no estágio deve-se à colaboração da maioria dos atores envolvidos no estágio, uma vez que as barreiras humanas são uns dos principais elementos que dificultam a inclusão.

Relatos como esse são muito importantes para deixar evidente a real situação em que os estudantes surdos passam, e a grande dificuldade de inserção no mercado de trabalho, porém é claro que há sim, muitas possibilidades, uma vez que foi unânime quando os envolvidos foram indagados sobre a capacidade da estudante surda em estar apta para o trabalho como Técnica Agropecuária na área de mecanização agrícola.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Secretaria de Educação Especial. Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos. **O tradutor e intérprete de Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa**. Brasília, 2004.

BRASIL. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica- MEC. **Catálogo de Nacional Curso Técnico (CNCT)** (prévia20/07/2020). 4 Ed. Brasília, 2020.

BRASIL. Decreto n. 3.298 de 20 de dezembro de 1999. Brasília: Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm. Acesso 05 fev. 2021.

BRASIL. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica - MEC. **Projeto Político Pedagógico do Curso Técnico em Agropecuária Subsequente ao Ensino Médio**. IFPA, Castanhal, 2019.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. **Um pouco da história das diferentes abordagens na educação dos surdos**. Cadernos.

CEDES, V. 19, n.46,1998. Disponível em:https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010132621998000300007. Acesso em 16 fev. 2021.

Lei n. 9394, de 20 de dezembro de 1996. (1996, 23 de dezembro). Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso 05 fev. 2021.

PACHECO, José. **Caminhos para a inclusão**: um guia para ao aprimoramento da equipe escolar. Porto Alegre: Artmed, 2007.

QUADROS, R. M. **Educação de surdos**: a aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

QUADROS, R. M (org). **Educação de Surdo I**. Série Pesquisa. Petrópolis: Arara Azul, 2006.

QUADROS, R. M. & CRUZ, C. R **Língua de Sinais**: Instrumentos de Avaliação (Recursos Eletrônicos). Porto Alegre: Artmed, 2011.

Resolução CNE/ CEB Nº 1 (2004, 21 de janeiro). Diretrizes Nacionais para a organização e a realização de Estágio de alunos da Educação Profissional e do Ensino Médio, inclusive nas modalidades de Educação Especial e de Educação de Jovens e Adultos. Brasília-DF: CNE/ CEB.

RIBEIRO, C. B. & SILVA, D. H. Trajetórias Escolares de Surdos: Entre Práticas Pedagógicas e Processos de Desenvolvimento Bicultural.

Psicologia: Teoria e Pesquisa Vol. 33. Brasília, 2017. p. 1-8. Disponível <https://doi.org/10.1590/0102.3772e3339>. Acesso em 15 fev. 2021.

RINALDI, G. et al (Org). BRASIL, Secretaria de Educação Especial. Deficiência auditiva. Brasília: SEESP, 1997. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002295.pdf>. Acesso 12 mar. 2021.

SILVA, Lázara Cristina da et al. CAS – Cursinho Alternativo para Aprendizes Surdos.

Revista em Extensão, v. 5, n. 1, 2006. Disponível em <http://www.seer.ufu.br/index.php/revextensao/article/view/20337/10817>. Acesso em: 14 fev. 2021.

PIMENTA, S. G. & LIMA, M. S. L. **Estágio e Docência**. São Paulo: Cortez, 2018.